



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO**  
**AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 201986000695	Distribuição: 24/05/2019
Número Único: 0000691-97.2019.8.25.0059	Competência: Poço Redondo
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita  
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: VALDIR AMARAL ALVES  
Endereço: RUA RIO GRANDE DO SUL  
Complemento: POVOADO SANTA ROSA DO ERMIRIO  
Bairro: ZONA RURAL  
Cidade: POÇO REDONDO - Estado: SE - CEP: 49810000  
Advogado(a): JOSÉ JEOVANY DA SILVA 12367/AL  
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Endereço: Rua Senador Dantas  
Complemento: 5º ANDAR  
Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: - CEP: 20031205



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201986000695

**DATA:**

24/05/2019

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

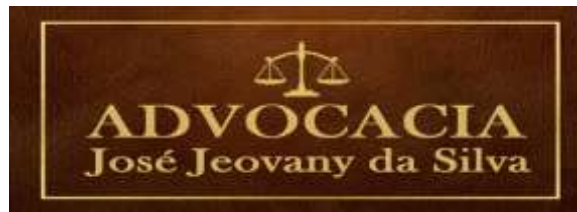
Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201986000695, referente ao protocolo nº 20190524075700224, do dia 24/05/2019, às 07h57min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



---

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
COMARCA DE POÇO REDONDO - SERGIPE**

**VALDIR AMARAL ALVES**, brasileiro, convivente, lavrador, portador do RG nº 2104244-6 SSP/SE e CPF nº 054.056.075-84, residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Sul, nº 39, Povoado Santa Rosa do Ermírio, Poço Redondo/SE, CEP 49.810-000, Tel.: (79) 99818-2644, **não possui endereço eletrônico**, por meio de seu advogado que esta subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, **endereço eletrônico desconhecido**, por razões de fato e de direito a seguir delineados:

**DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

Inicialmente, afirma o Requerente que, para os fins previstos na Lei 1060/50, com redação dada pela lei 7510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.



---

## **DOS FATOS**

No dia 09 de Novembro de 2018, o Requerente conduzia o veículo motocicleta, marca/modelo HONDA/CG 150 FAN ESI, ano 2012/2012, cor preta, placa OEM-6537, CHASSI 9C2KC1670CR604790, Poço Redondo/SE, em nome de Rangel Teles Santos, pela rodovia estadual que dá acesso ao Povoado Santa Rosa do Ermírio, quando na altura do cemitério local, ao se desviar de um animal que cruzou a via, perdeu o controle, vindo o Requerente cair abruptamente ao chão, conforme registro policial de ocorrência anexo.

Destarte, o Requerente sofreu fratura na perna direita em virtude deste acidente, donde o Requerente necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, o Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Contudo, apesar do Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar público, declarações médicas e outros), a seguradora não realizou nenhum pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT, conforme dados do sinistro anexo.

Portanto, não restou alternativa ao Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ele sofrida no sinistro em comento.

## **DO DIREITO**

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de



indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei 6.194/74:

**Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial o Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar público, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL - POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Veja:

**Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:**



(...)

**II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.**

(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

**I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa**, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

**II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*(...) (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:



---

**Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez. (Grifou-se).**

Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez do Requerente, o qual será constatado por meio de exame pericial.

### **DOS PEDIDOS**

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa o Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) **A concessão da gratuidade da justiça**, em virtude do Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, o Requerente requer a **dispensa da designação da audiência de conciliação**, haja vista que é *praxe* a não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;
- c) **A citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) **A designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja **a presente ação julgada totalmente procedente, condenando a Requerida ao pagamento do seguro DPVAT pertinente**,







---

**auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos;**

- f)** A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 24 de Maio de 2019.

**José Jeovany da Silva**  
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



## ANEXO I

### QUESITOS PARA PERÍCIA

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?





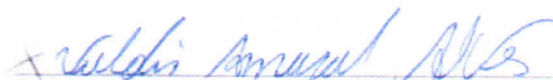
## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Valdir Amaral Alves, brasileiro, casado, advogado inscrito no RG, sob N. 2104244-6 SSP/SE e no CPF sob N. 054.056.075-84, residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Sul, n.º 39, Par. Sta. Rosa do Ermos, Poço Redondo/SE, CEP: 49810-000.

**OUTORGADO:** José Jeovany da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AL, sob o n.º 12.367 e na OAB/SE, sob o n.º 889-A, CPF sob o n.º 018.386.315-18, com escritório profissional na Rua Senador Leite Neto, n.º 381, Centro, CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória/SE.

**PODERES:** pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

N. Sra. da Glória/SE, 21 de Maio de 2019

  
Assinatura

**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA**

Declarante: Valdir Amaral Alves, brasileiro, cam-  
posante, lajeador, inscrito no RG, sob  
N.º 2104244-6 SSP/SE e no CPF, sob N.º 054.  
056.075-84, residente e domiciliado na  
Rua Rio Grande do Sul, n.º 39, Pôr Santa Rosa  
do Erminio, Póço Redondo/SE, CEP: 49810-000.

Declara, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, desejando obter os benefícios da "Gratuidade da Justiça", que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e não possui recursos suficientes para custear demandas judiciais, sem prejuízo da manutenção da sua família e suas atividades.

Por ser verdade, firmo.

N.ª da Glória/SE, 21 de Maio de 2019

x Valdir Amaral Alves  
Assinatura



## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Valdir Amaraal Alves, portador(a)  
do RG sob n. 2104244-6 expedido pelo SSP/SE em 18 08 2008, e no  
CPF sob n. 054.056.075-84, venho, por meio desta, declarar que resido  
neste endereço: Rua Rio Grande do Sul, nº 39  
Bairro: Par. Santa Rosa do Esmirino Cidade: Paco Redondo  
UF SE, CEP: 49810-000

N. Sra. da Glória 21 de Maio de 2019

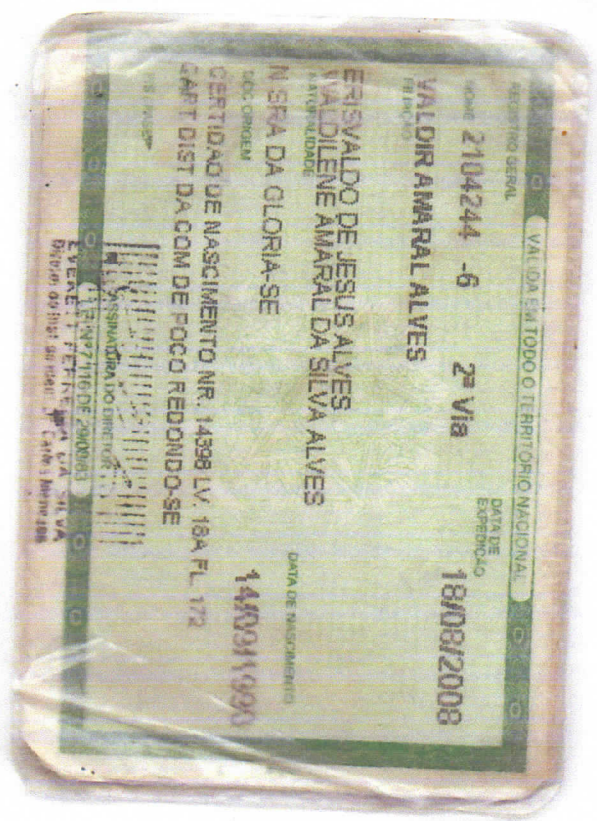
Valdir Amaraal Alves  
Assinatura





8 JAN 2019

8 JAN 2019





WALDILENE AMARAL DA SILVA, ILVES  
POV SANTA ROSA DO ERMIPIO, S/N - ÁREA RURAL  
POCO REDONDO / SE CEP 48810000 (AG. 430)  
Emissão: 21/11/2018 Referência: N6v/2018  
Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO  
Roteiro: 12-450-540-4160 Nº medidor: A5020138111



ENERGISA SERGIPE-DISTRIB. ENERGIA SA  
Rua Min Apolônio Sales, 61 - Inácio Barbosa  
Aracaju/SE - CEP 49040-150  
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc. Est. 270.787.436  
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 008.636.526  
Cód. para Déb. Automático: 00001781996

16 JAN 2019

Atendimento ao Cliente ENERGISA 08000 79 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Nov / 2018	21/11/2018	19/12/2018	010.778.415-74
			Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 3/178199-6

Canal de contato

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 22/10/18	Leitura 9318	Data 21/11/18	Leitura 8353	
Demonstrativo				
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa/c	Valor Base Calc
				Alq. ICMS(R\$)
				Base Calc Pto(R\$)
				Cofins(R\$)
				Tributos Total(R\$)
				ICMS(R\$)
				ICMS
				Pto/Cofins(R\$)
				(0,8216%) (3,8304%)
0801	Consumo em kWh	35,000	0,538440	18,88
0801	Adic. B. Vermelha			0,16
0801	Adic. B. Amarela			0,02
	LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			0,01
0804	JUROS DE MORA 09/2018			0,16
0805	MULTA 09/2018			0,35
0899	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 09/2018			0,24

CCI	Código de Classificação do Item	TOTAL	20,41	0,00	0,00	18,88	0,16	0,75
-----	---------------------------------	-------	-------	------	------	-------	------	------

Média últimos meses (kWh) 48

**VENCIMENTO 28/11/2018**

**TOTAL A PAGAR R\$ 20,41**

Histórico de Consumo (kWh)											
32	36	97	128	58	26	74	9	32	13	18	23
Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Sep/18	Out/18

RESERVADO AO FISCO

241d.f27d.035d.e835.3ee3.f023.7e02.37b8.

Indicadores de Qualidade 9/2018 - NOSSA SENHORA DA GLÓRIA				Composição do Consumo		
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)		Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	11,59	1,66		Serviços de Dist. da Energisa/SE	8,61	33,37
DIC TRIMESTRAL	23,19			Compra de Energia	9,36	45,86
DIC ANUAL	46,38			Serviço de Transmissão	0,98	4,80
FIC MENSAL	7,74	2,00		Encargos Setoriais	1,80	7,84
FIC TRIMESTRAL	15,49			Impostos Diretos e Encargos	1,68	8,13
FIC ANUAL	30,98			Outros Serviços	0,00	0,00
DMIC	6,39	1,11				
DICI	16,60					
				Total	20,41	100,00

Valor do EUSD (Ref. 9/2018) R\$ 8,08

ATENÇÃO		Faturas em atraso
Atenção: A responsabilidade pela iluminação pública é da prefeitura do município - Leitura confirmada		

SENGIPE

Roteiro: 12-450-540-4160

Matrícula: 178199-2018-11-3

**VENCIMENTO 28/11/2018**

**TOTAL A PAGAR R\$ 20,41**

83640000000-3 20410049000-0 01781992018-6 11300450019-6

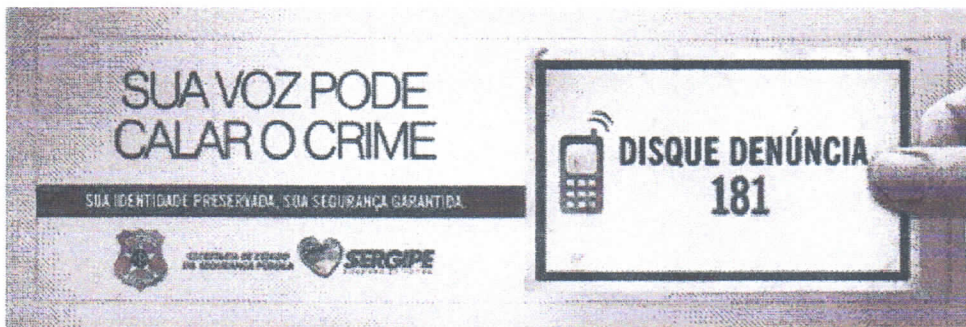






GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



**DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO**

RUA NOVA, CENTRO FONE: (79) 3337-1757 EMAIL: depol.pocoredondo@pc.se.gov.br

**RPO - Registro Policial de Ocorrência 2018/06578.0-000717**

**DELEGACIA RESPONSÁVEL**

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO

Endereço: RUA NOVA, CENTRO FONE: (79) 3337-1757 EMAIL: depol.pocoredondo@pc.se.gov.br

**FATO**

Data e Hora do Fato: 09/11/2018 - 17:30 até 09/11/2018 - 17:30

Endereço: Número: Complemento: CEP: 49810-000

Bairro: POVOADO STA ROSA DO ERMÍRIO Cidade: POCO REDONDO - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: OUTRO



**VÍTIMA-NOTICIANTE**

Nome: VALDIR AMARAL ALVES

Nome do pai: ERISVALDO DE JESUS ALVES Nome da mãe: WALDILENE AMARAL DA SILVA ALVES

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 21042446 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: POCO REDONDO Data de nascimento: 14/09/1990 Sexo: Feminino Cor da cútis: Parda

Profissão: AGRICULTOR Estado civil: Casado Grau de instrução: 2º Grau Incompleto

Endereço: POV.STA ROSA DO ERMÍRIO - RUA RIO GRANDE DO SUL Número: 39 Complemento:

CEP: 49000 Bairro: Z RURAL Cidade: POCO REDONDO UF: SE

Proximidades: Telefone: (79)99818-2644

**HISTÓRICO**

NARRA O NOTICIANTE que trafegava pilotando uma motocicleta pela Rodovia Estadual que dá acesso ao Povoado Santa Rosa de Ermiro, quando na altura do cemitério local, ao se desviar de um animal que cruzou a via, perdeu o controle vindo a cair; QUE foi socorrido por populares e conduzido a UPA POÇO REDONDO com fraturas na tibia da perna direita, sendo posteriormente transferido ao Hospital da cidade de Itabaiana; QUE a motocicleta se trata de uma HONDA/CG 150 FAN ESI cor PRETA ano 2012 placa DEM6537/SE chassi 9C2KC1670CR604790 renavam 00490434177 em nome de RANGEL TELES SANTOS. Registra o boletim de ocorrência para fins de seguros DPVAT. É o relato.

Data e hora da comunicação: 22/11/2018 às 10:52

, Última Alteração: 22/11/2018 às 10:48.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

VALDIR AMARAL ALVES  
Responsável pela comunicação

Jose Roberto de Melo Santos  
Responsável pelo preenchimento



18:03



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE POÇO REDONDO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ficha de Assistência a Saúde

Nº DE  
INSC.

573

UNIDADE DE SAÚDE:

**UPA24h**

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO  
DONA ZULMIRA SOARES

NOME:

Valdir Amaral Alves

DATA:

09/11/20

APELIDO:

DATA DE NASCIMENTO:

14/09/90

SEXO:

M

28 anos

FILIAÇÃO:

PAI: Crisvaldo de Jesus Alves

MÃE: Valdilene Amaral da Silva Alves

ENDEREÇO:

Pov. Santa Rosa

REFERÊNCIA:

PROFISSÃO

RESPONSÁVEL:

**QUADRO AUXILIAR ANAMNESE**

ALERGIA ☐  
CARDIOPATIA ☐  
DIABETES ☐  
EPILEPSIA ☐

HANSENIASE ☐  
HEMORRAGIA ☐  
HEMOFILIA ☐  
HIPERTENSÃO ☐

PSICOPATIA ☐  
TUBERCULOSE ☐  
TIPO DE SANGUE ☐

DATA	ANAMNESE - EXAME - DIAGNÓSTICO - CONDUTAS	ASSINATUR
09/11/18	Pa. 160x90 mmHg  Paciente relatou dor de cabeça relatou dor no MI direito. Nega náusea vômitos. Nega alteração medicação BQ. AR: Mv 10/12, 12/12, BTP 27/27 Nega alteração Sinais vitais  D - Condição 50 mg 01x - Dipirona 01x 7 A.D.C. - Paracetamol 100mg 1 P.P. 1x - Dexametasona 4,0mg 1 P.P. 1x - D.P. 50 mg 1x 1x  B. de Carvalho Médico CRM 5826	Leguano
09.11.18	AR 18:30h, Codm PRU. C/E. Oliveira	

MS/DATASUS

HOSPITAL REG DR PEDRO GARCIA MORENO

No. DO BE: 593114  
CNS:DATA: 10/11/2018 HORA: 11:49 USUARIO: BAOLIVEIRA  
SETOR: 04-ORTOPEDIA

## IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : VALDIR AMARAL ALVES DOC...: 2104244  
IDADE.....: 28 ANOS NASC: 14/09/1990 SEXO...: MASCULINO  
ENDERECO.....: POV SANTA ROSA DO ERMILIO NUMERO: 000  
COMPLEMENTO...: CASA BAIRRO: ZONA RURAL  
MUNICIPIO.....: POCO REDONDO UF: SE CEP...: 49810-000  
NOME PAI/MAE...: ERISVALDO DE JESUS ALVES /WALDILENE AMARAL DA SILVA ALV  
RESPONSAVEL...: IRMA TEL...: 998182644  
PROCEDENCIA...: POCO REDONDO - SE  
ATENDIMENTO...: TORCAO MEMBROS INFERIORES  
CASO POLICIAL.: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO  
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [ X ] mmHg ] PULSO: [ ] TEMP.: [ ] PESO: [ ]

EXAMES COMPLEMENTARES: [ ] RAIO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC  
[ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

*Queixa de queda de braço com dor no tornozelo @**Re-exame de tornozelo @*

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

*1) Aplicar curativo de tornozelo @**2) Imobilizar**3) Dor*Dr. Vinicius Sobral  
Ortopedista  
CRM-SE 5189

DATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA: :  
ALTA: [ ] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO [ ] EVASAO [ ] DESISTENCIA  
[ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [ ] ATE 48HS [ ] APOS 48HS [ ] FAMILIA [ ] IML [ ] ANAT. PATOL

*Valdir Amaral Alves*  
ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO




**RECEITUÁRIO**

Nome: \_\_\_\_\_

*Relatório médico*

*Paciente Valdeir Amaral Alves sofreu acidente de moto há 4 meses, com fratura de perna D. Realizado tratamento com imobilização e fisioterapia. No momento, assintomático, com imobilização preservada.*

  
Dra. Ingrid Xavier de Assis  
Médica  
CRM/SE 6026

Ass. e Carimbo / CRM

12 / 03 / 19

Data


**RECEITUÁRIO**

Nome: Valdir Amaral Alves

Relatório médico

Paciente sofreu acidente de moto há quase 3 meses, com fratura de H.I.D., realizou imobilização e foi indicado fisioterapia. Apresenta edema em tornozelo D. RX de punho D (04/02/19): fratura óssea.

V284

  
Dra. Ingrid Xavier de Assis  
Médica  
CRM/SE 6026

Ass. e Carimbo / CRM

04 / 02 / 19

Data





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201986000695

**DATA:**

24/05/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

{Via Movimentação em Lote nº 201900181}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO**  
**AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201986000695

**DATA:**

24/05/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

DESPACHO Processo nº 201986000695 R. Hoje, Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei nº 1.060/50. Nos termos do art. 3341, do Novo Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia 28/06/2019, às 09:30 horas, no Fórum local. Intime-se o autor, na pessoa do seu advogado (art. 334, §3º, NCPC). Cite-se o réu para comparecer a audiência designada, salientando de que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC). Ressalte-se ao autor e réu que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC). Advirta-se o réu que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC). Poço Redondo/SE, 24 de maio de 2019. Luiz Eduardo Araújo Portela Juiz de Direito A 1 Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

Designo o dia 28/06/2019 às 09h:30min para que seja realizada audiência Conciliação.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Poço Redondo**

Nº Processo 201986000695 - Número Único: 0000691-97.2019.8.25.0059

Autor: VALDIR AMARAL ALVES

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

**DESPACHO**

**Processo nº 201986000695**

R. Hoje,

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei nº 1.060/50.

Nos termos do art. 334<sup>1</sup>, do Novo Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia **28/06/2019, às 09:30 horas, no Fórum local.**

Intime-se o autor, na pessoa do seu advogado (art. 334, §3º, NCPC). Cite-se o réu para comparecer a audiência designada, salientando de que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC).

Ressalte-se ao autor e réu que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC).

Advirta-se o réu que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC.

Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15(quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC).

**Poço Redondo/SE, 24de maiode 2019.**

**Luiz Eduardo Araújo Portela**

**Juiz de Direito**

**A**



1 Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ EDUARDO ARAUJO PORTELA, Juiz(a) de Poço Redondo, em 24/05/2019, às 14:20:05**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001291728-06**.

---



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201986000695

**DATA:**

27/05/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Expedi mandado de nº 201986002969 para SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201986000695

**DATA:**

27/05/2019

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 201986002969 do tipo Citacao geral - Carta [TM801,MD1737]

{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Poço Redondo  
Av. Alcino Alves Costa, Nº 983  
Bairro - Centro Cidade - Poço Redondo  
Cep - 49810-000 Telefone - (79)3337-1441

Normal(Justiça Gratuita)



201986002969

PROCESSO: 201986000695 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0000691-97.2019.8.25.0059  
NATUREZA: Procedimento Comum  
REQUERENTE: VALDIR AMARAL ALVES  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

A presente, extraída da ação acima identificada, tem por finalidade a **citação** de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, como parte integrante desta, para a finalidade abaixo transcrita, advertindo-a de que não sendo a ação contestada, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.

**Finalidade:** Responder em dias.

**Despacho:** DESPACHO Processo nº 201986000695 R. Hoje, Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei nº 1.060/50. Nos termos do art. 3341, do Novo Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia 28/06/2019, às 09:30 horas, no Fórum local. Intime-se o autor, na pessoa do seu advogado (art. 334, §3º, NCPC). Cite-se o réu para comparecer a audiência designada, salientando de que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC). Ressalte-se ao autor e réu que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC). Advirta-se o réu que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC). Poço Redondo/SE, 24 de maio de 2019. Luiz Eduardo Araújo Portela Juiz de Direito A 1Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

**Designo o dia 28/06/2019 às 09h:30min para que seja realizada audiência Conciliação.**

Atenciosamente,

**Ilmº (a) Sr(a)**

**Nome** : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência** : Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74  
**Bairro** : Centro  
**Cep** : 20031205  
**Cidade** : Rio de Janeiro - -

[TM801, MD1737]



Documento assinado eletronicamente por **YURI RODRIGO DE SOUZA ARAGÃO**,  
**Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Poço Redondo**, em 27/05/2019,  
às 17:00:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico  
[www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento  
do número de consulta pública **2019001307863-42**.